

APR

ACE

CNF

6331/86

1

III EXÉRCITO

COMANDO DA 5.ª RM/DE

ESTADO MAIOR 2.ª Seção

CURITIBA-PR

06 JAN 1986

INFORME N.º 005 - E2/86

1. Data : 03 JAN 86
 2. Assunto : ATUAÇÃO DO PC DO B (OP PINHEIRAL II) - 2º FORUM DAS JUVENTUDES POLITICAS DO CONE SUL
 3. Origem : 5ª RM/DE
 4. Avaliação : A - 2
 5. Difusão : III EX - CIE - 15ª BDA INF MTZ - ACT/SNI
 6. Dif. Anterior:
 7. Referência :
 8. Anexo : (+)

PRO	DATA
0016	- 6 JAN 86

1. Realizou-se nos dias 14 e 15 Dez 85, no Colégio Monsenhor Guilherme localizado na Rua Naipi s/nº - Centro - FOZ DO IGUAÇU/PR, o 2º FORUM DAS JUVENTUDES POLITICAS DO CONE SUL.

2. Promotores do evento: JUVENTUDE ESTADUAL DO PMDB;

3. Apoio: JUVENTUDE DO PDT, PT, PCB, PC do B, MR/8; UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES (UPE) e UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES SECUNDARIOS (UPES).

4. Coordenação: (B 1304823)

ARI DECKER

- Presidente da UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES/ (UPE);

(SDA)
CIRO FRANCISCO BURGOS FERNANDEZ

- Presidente do Diretório do Setor Jovem do PMDB da 4ª Zona Eleitoral;

(B 0963008)
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

- Presidente da Juventude do PMDB/CURITIBA/PR;
PEDRO LUIZ LONGO

- Juventude do PMDB estadual;

(B 1324752)
SAMUEL GOMES DE TAL ROS SANTOS

- Membro do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).

5. Programação:

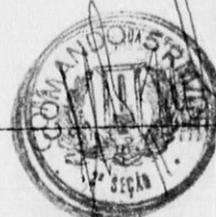
a. Dia 14 Dez 85 - Sábado

07:00h - Credenciamento

10:00h - Abertura

14:00h - GRUPOS DE DEBATE:

- Dívida Externa na América Latina



- Democratização na América Latina
 - Movimento Estudantil/Educação na América Latina
 - Organização Partidária na América Latina
 - A Questão Fundiária na América Latina
 - A Questão Cultural na América Latina
- 20:00h - MESA REDONDA: "Direitos Humanos e Democracia", com participação de convidados do Brasil, Paraguay e Uruguay.
- 22:00h - Confraternização/Espaço Cultural.

b. Dia 15 Dez 85 - Domingo

- 08:00h - Apresentação e aprovação na plenária dos relatórios dos grupos de debate.
- 10:00h - Discussão sobre a organização do Comitê Permanente das Juventudes Políticas do Cone-Sul.
- 14:00h - Eleição do Comitê Permanente de Juventudes Políticas do Cone-Sul.
- 16:00h - Apresentação das noções e aprovação do documento final do IIº Fórum.
- 18:00h - Definição do local do próximo Fórum.
- 19:00h - Encerramento.

6. Entidades que se fizeram representar:

- JUVENTUDE DO PMDB Estadual/PR;
- JUVENTUDE DO PMDB de LONDRINA/PR;
- JUVENTUDE DO PMDB da 5ª Zona de CURITIBA/PR;
- JUVENTUDE DO PMDB de FOZ DO IGUAÇU/PR;
- JUVENTUDE DO PT de FOZ DO IGUAÇU/PR;
- JUVENTUDE DO PT de PORTO ALEGRE/RS;
- JUVENTUDE DO PCB de CURITIBA/PR;
- JUVENTUDE DO PCB de PORTO ALEGRE/RS;
- JUVENTUDE PERONISTA DE PUERTO IGUAZU (ARGENTINA);
- JUVENTUDE DA UCR DE PUERTO IGUAZU;
- JUVENTUDE DA UCR DE MISSIONES;
- JUVENTUDE DO PCA DE PUERTO IGUAZU;
- JUVENTUDE DO PCA DE MISSIONES;
- CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA;
- PC do B - LONDRINA/PR;
- PC do B - CASCAVEL/PR;
- DCE da UFR;
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTA TEREZA - COLOMBO/PR;



CONFIDENCIAL

=Continuação do(a) Informe Nº 005-E2/36, da 5ª RM/DE(03/ 07)=

- CASA LATINO AMERICANA - CURITIBA/PR;
- PARTIDO REVOLUCIONÁRIO FEBRERISTA - (PARAGUAI);
- MOCOPO - PARAGUAY;
- PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO - PARAGUAY;
- PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO - PARAGUAY;
- APRA - do PERÚ;
- UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES - (UPE);
- UNIÃO PARANANESE DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS (/ UPES).

7. Estiveram presentes ao 2º FORUM DAS JUVENTUDES POLÍTICAS DO CONE SUL:

- GLAUCIA TABORDA MARTINS - DCE/UFPR;
- ALTAIR ISAURO GAEDICKE - PC do B - CASCAVEL/PR;
- JOSÉ CARLOS DE TAL - Associação dos Moradores da Vila Santa Tereza;
- SILVIO CAMPANA - FOZ DO IGUAÇU/PR
- VALDENICIO DE TAL - Presidente da Juventude do PMDB de FOZ DO IGUAÇU/PR;
- NARDA DE TAL - Juventude do PMDB de FOZ DO IGUAÇU/PR (pode ser NARDALIZA BAEZ);
- Irmão de NARDA DE TAL - PCB de FOZ DO IGUAÇU/PR
- SILVIA SIMÕES - Juventude do PMDB DE FOZ DO IGUAÇU/PR;
- REGINA FACCO - JUVENTUDE DO PMDB/CURITIBA/PR; trabalha na Rua Vicente Machado, sede do PMDB - Tel. residencial:- 264-6964; mora na Rua Dr Faivre, 1192, ap. 202.
- ISABEL DE OLIVEIRA - Irmã de NARDA DE TAL - Juventude do PMDB de FOZ DO IGUAÇU/PR;
- IVANIL DE TAL - atual companheira de SAMUEL GOMES DE TAL, ligada ao grupo Autonomista e ao PT, mora na Rua Conselheiro Dantas, 534 - Rebouças - CURITIBA.
- INÁCIA CRISTINA CUNHA - Juventude do PMDB de FOZ DO IGUAÇU/PR - ligada ao PCB;
- CARLOS DE TAL - PCB/CURITIBA/PR;
- IVANETE TEREZA SCHUMMANN - Juventude do PMDB - (JMDB) de FOZ DO IGUAÇU/PR; ligada ao PCB e com alguns elementos do PC do PARAGUAY;
- ANGÉLICA DA SILVA - JMDB de FOZ DO IGUAÇU/PR;
- ISABEL MACHADO - JMDB de FOZ DO IGUAÇU/PR, ligada à PASTORAL OPERÁRIA;
- DOUGLAS DE TAL - Funcionário do Gabinete do Dep. Estadual SÉRGIO SPADA;

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

=Continuação do(a) Informe Nº 005-12/86, da 5ª RM/DE(04/ 07) =

(SUA)
- PAULINO JOSÉ DELAZERI - Assessor da Secretaria do Interior;

(SUA)
- ENRIQUE RIERA ESCUDERO - Advogado - Ligado ao MOCO

(SUA)
- ANGELA MARIA GIMENES - JPMDB - FOZ DO IGUAÇU/PR, ligada ao PCB;

(SUA)
- JOSÉ MARIO NEVES - PORTO ALEGRE/RS; PT; ORMDS;

(SUA)
- ROLANDO E. MATCOSBI - PCA - Alecriny los Pinos, 275 - Tel. 2949 - PUERTO IGUAZU - (MISSIONES) - ARGENTINA;

(SUA)
- MARI STELA AQUINO - PCA - Rua Tambor dal Tamarí, s/nº PUERTO IGUAZU - (MISSIONES) - ARGENTINA;

(SUA)
- ALEJANDRO DANIEL LOPEZ - PCA - Lanusse, 586 - POSADAS - (MISSIONES) - ARGENTINA;

(SUA)
- PATRÍCIO ROJAS - Juventude Operária do CHILE, exilado em SÃO PAULO/SP;

(SUA)
- MARIO CRISTALDO - Juventude Democrata Cristã - ASSUNÇÃO;

(SUA)
- MARIA JOSÉ ROLON - Juventude do PIRA - ASSUNÇÃO - (direção);

(SUA)
- MARTIN SANNEIMANN - PIRA - ASSUNÇÃO - (direção);

(SUA)
- GLADIS CASACHIA - Estudante - ASSUNÇÃO - Simpatizante do PIRA;

(SUA)
- HUGO ENRIQUE IGLESIAS - Juventude Peronista de // PUERTO IGUAZU - MISSIONES - ARGENTINA;

X - JOÃO DORELES - JPMDB - CAMPO MOURÃO/PR, ligado a GERALDO SERATHIUK;

(B 0859515)
- GERALDO SERATHIUK, JPMDB Estadual - PC do B-M;

(SUA)
- HUGO RAMOS DOS SANTOS - Juventude Radical - MISSIONES - ARGENTINA;

(SUA)
- ADÃO LUIZ ALMEIDA - Presidente do Diretório Acadêmico SETE DE JUNHO, da FACISA - FOZ DO IGUAÇU/PR;

(B 1896660)
- JOSÉ EDUARDO FERNANDES GIRAUDO "PATO" - Coletivo Nacional da JPMDB - PORTO ALEGRE/RS;

(B 247605)
- WILSON PREVIDI - PCB - CURITIBA/PR;

(SUA)
- ENRIQUE RODRIGUES - Juventude Radical de MISSIONES ARGENTINA;

(SUA)
- CARLOS EDUARDO VIEIRA - PCB - CURITIBA/PR;

(SUA)
- ALEJANDRO LARA ou LORA - CHILE - Comissão de Familiares Desaparecidos do CHILE - PS do CHILE - Mora em SÃO PAULO/SP;

(SUA)
- BERNARDO BARRIENTOS - CHILE - Comissão de Familiares Desaparecidos do CHILE - PS do CHILE - Líder do grupo Chileno - // caixa postal 6434 - SÃO PAULO;

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

=Continuação do(a) Informe Nº 005-E/86, da 5ª RM/DE (05/07) =

- MARIO LUIS DE MELLO - UPE;
- MARILENE DE TAL - Gabinete do Prefeito ROBERTO REQUIÃO;
- CARLOS MAXIMINO PERONDI - Trabalhando na FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANÁ (FAMEPAR)-Secretaria; do Planejamento;
- GUIIHERMO PAHTER - Partido Obrero - MISSIONES - ARGENTINA;
- MARCOS VOLPI - PT - CURITIBA/PR;
- VILMA PEREIRA PIRES - PC do B - JPMDB de LONDRINA/PR;
- CIDINHA COSTA - JPMDB - LONDRINA/PR - PC do B;
- VICENTE DE PAULO PALHARES NETO - JPMDB;
- SANDRA BERENICE FERRARI - Assistente Social - Amá-sia de BONA TURRA - JPMDB;
- VALÉRIA BASSETTI PROCHMANN - JPMDB;
- HENRIQUE TADEU SANTOS - JPMDB;
- ARNALDO LEONEL - Presidente do DCE da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - (UEL);
- HÉLIO ROBERTO - DCE da UEL;
- DAVID CASANO - PERU - Secretário de Relacionamento Internacionais da Juventude APRA;
- JOÃO ADELINO DE SOUZA - PDT - FOZ DO IGUAÇU/PR;
- JUVÊNCIO MAZZAROLO - PDT - FOZ DO IGUAÇU/PR;
- ALOISIO FERREIRA PALMAR - PDT - FOZ DO IGUAÇU/PR;
- ISRAEL RESENDE DA SILVA - Presidente do PCB de FOZ DO IGUAÇU/PR - o mesmo que participou no lançamento do PC do B de CASCAVEL/PR. O PCB deu-lhe uma casa e o profissionalizou e ele passou para o PCB. Seu filho é Vice-Presidente do PC do B em CASCAVEL/PR;
- MILTON DELONIZE - JPMDB - FOZ DO IGUAÇU/PR;
- CARLOS MEDINA - Juventude Revolucionária Febrerista de PARAGUAY;
- ALTAIR DE TAL - PT - FOZ DO IGUAÇU/PR;
- GLADIS MIRTHA - JPMDB - FOZ DO IGUAÇU/PR;
- ORIDES MEZZARROBA - JPMDB;
- JOSÉ GIL DE ALMEIDA - Federação Paranaense de Cineclubes - Anarquistas - Cineclube de MARINGÁ/PR.

8. Foram constituídos seis grupos de Debates, cabendo a cada um deles a missão de estudar e debater os temas constantes da programação oficial. (Anexo 1 - Título: GRUPOS DE DEBATE).

9. Ao término dos trabalhos foram aprovadas as seguintes proposições:

Com relação à questão Agrária:

CONFIDENCIAL



1) Assembléia permanente dos Camponeses Sem Terra do PARAGUAY, visando a solução do problema de terra na região.

2) Que no BRASIL se lute por uma reforma agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores sem terra, com extinção dos latifúndios e crítica ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

3) Reforma Agrária na América Latina dentro das situações internas de cada país.

Quanto a Dívida Externa:

1) 1º de Maio - Dia Continental pela Suspensão da Dívida Externa.

2) Organização do Clube dos Devedores com a troca de // Tecnologia e intercâmbio comercial com os países devedores.

3) Pressão nos governos dos países devedores para assumirem as bandeiras aprovadas no 2º Fórum.

Ⓢ Que o 3º FORUM DAS JUVENTUDES POLÍTICAS DO CONE SUL será em ASSUNCIÓN (PARAGUAY) ou em MISSIONES (ARGENTINA) em data a ser acertada futuramente; os seus organizadores serão representantes dos / Partidos Paraguaios e da JPMDB.

10. OBSERVAÇÕES:

1ª) O Presidente do PC do B de CASCAVEL/PR, IVO MIRANDA GOMES, funcionário do B. do Brasil, foi transferido pelo PC do B de SÃO PAULO, onde atuava no meio dos Eletricitários. Está desde Junho de 84 em CASCAVEL/PR. É um elemento com alto grau de treinamento político teórico do marxismo. Instrutor de cursos partidários na região.

2ª) Com relação a FOZ DO IGUAÇU/PR, o PC do B não tem nenhum militante atualmente, segundo ALTAIR ISAURO GAEDICKE SILVIO CAMPANA se afastou e a JPMDB de FOZ DO IGUAÇU está entre o PCB (uma parte) e PT (outros). Em FOZ DO IGUAÇU é onde mais existe a "esquerda festiva" dentro do PMDB.

3ª) Estiveram presentes apenas 5 ou 6 elementos do PC do B, sendo 1 (um) oficialmente por LONDRINA/PR, outro por CASCAVEL/PR e os demais representando a JUVENTUDE DO PMDB e entidades estudantis. De CURITIBA/PR foi GLAUCIA TABORDA MARTINS representando o DCE da UFPR e GERALDO SERATHIUK pela JUVENTUDE DO PMDB (ambos militantes do PC do B).

4ª) Alguns carros notados no local:

- Ford TAURUS cinza, placas NO 46160 (ARGENTINA);
- DAHLATSU cinza, placas 55477 (ASSUNCIÓN);
- Placas NO 4017 (ARGENTINA); e
- BELINA RE 8743 - CASCAVEL/PR.



CONFIDENCIAL

=Continuação do(a) Informe Nº 005-86, da 5ª RM/DE (07/07)=

- ANEXOS: 1 - GRUPOS DE DEBATE;
2 - CARTA ABERTA;
3 - IGUALDADE SOCIAL (Pânfleto JPMDB);
4 - O NOVO MOVIMENTO ESTUDANTIL;
5 - JUVENTUDE DO PMDB (Diretório Estadual);
6 - Jornal "BENVIRÁ", 4 Dez 85.

-X-X-X-X-X-X-X-



CONFIDENCIAL

2.º FORUM DAS JUVENTUDES POLÍTICAS DO CONE SUL

14 E 15 DE DEZEMBRO DE 1985

Processo 1

9 /

COLÉGIO MONSENHOR GUILHERME

RUA NAUPI S/N.º - CENTRO

FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ

BRASIL



10.

CONVITE

Temos a satisfação de convidá-lo(a) a participar das atividades referentes ao II Fórum de Juventudes Políticas do Cone-Sul, a ser realizado nos dias 14 e 15 de dezembro, nas dependências do Colégio Monsenhor Guilherme, localizado na rua Naipi, na região central de Foz do Iguaçu.

Na certeza de que este encontro cumprirá destacado papel no sentido da solidariedade entre os povos latino-americanos, em especial do Cone-Sul, reafirmando os ideais democráticos e libertários da nossa juventude, agradecemos desde já a sua participação e renovamos nossas saudações.

Cordialmente,

EXECUTIVA ESTADUAL DA JPMDB-PR.

PROGRAMAÇÃO

14/12 - SÁBADO

07:00 h - Credenciamento

10:00 h - Abertura

14:00 h - GRUPOS DE DEBATE:

- Dívida Externa na América Latina
- Democratização na América Latina
- Movimento Estudantil/Educação na América Latina
- Organização Partidária na América Latina
- A Questão Fundiária na América Latina
- A Questão Cultural na América Latina

20:00 h - MESA REDONDA: "Direitos Humanos e Democracia", com participação de convidados do Brasil, Paraguay e Uruguay.

22:00 h - Confraternização/Espaço Cultural.

15/12 - DOMINGO

08:00 h - Apresentação e aprovação na plenária dos relatórios dos grupos de debate.

10:00 h - Discussão sobre a organização do Comitê Permanente das Juventudes Políticas do Cone-Sul.

14:00 h - Eleição do Comitê Permanente de Juventudes Políticas do Cone-Sul.

16:00 h - Apresentação das moções e aprovação do documento final do II.º Fórum.

18:00 h - Definição do local do próximo Fórum.

19:00 h - Encerramento.

* Solicitamos às delegações que confirmem com antecedência a participação com **Ciro** (041) 253-4134 (res.), **Turra** (041) 222-8133 (com.), **Pedro** (041) 234-6521 (com.) ou **Regina** (041) 234-8030 (Diretório Regional JPMDB-PR).

Rm... 2
12

CARTA ABERTA AOS PARTICIPANTES DO 2º FORUM DA JUVENTUDE
POLÍTICA DO CONE SUL

Paraná, 14 de Dezembro de 1985.

Companheiros,

Queremos saudar os participantes deste forum e afirmar nossa solidariedade com os povos do Cone Sul que lutam por libertação e justiça para todos, em defesa das conquistas democráticas e igualdade entre os homens.

Nossa atividade cultural está voltada para a difusão da cultura palestina. O povo palestino, como se sabe, foi e continua sendo vítima de uma injustiça muito grande: a invasão de suas terras por parte dos sionistas racistas de Israel.

A "causa palestina" é uma causa justa, pertencente também aos povos do Terceiro Mundo, a exemplo da Nicarágua de Sandino e de El Salvador que luta por libertação, a exemplo do Chile e do Paraguai que também lutam por libertação. A todos esses povos, a todos os movimentos de libertação, a nossa saudação e a nossa solidariedade.

Neste momento em que a juventude do Cone Sul se reúne para discutir questões políticas, estamos presentes para trabalharmos juntos porque, nossos ideais são comuns e o objetivo final de nossa luta é o mesmo: a garantia da dignidade humana, a melhoria das condições de vida dos povos.

Associação Cultural Sanaúd de Foz de Iguaçu.

Associação Cultural Sanaúd de Maringá.

Associação Cultural Sanaúd de Curitiba.

A T E N Ç A O
 O original deste documento (com 08 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

A história dos povos latino-americanos é a história da luta pela independência nacional pela justiça social e pela democracia. Contudo, dura mais de século a emancipação política de nossas pátrias o combate contra as cruéis injustiças de nossas estruturas sociais. Elas abrigam formas hipócritas de servidão pela madastra distribuição de renda, filha de modelos de economia selvagem, devastadores de inensas maiorias de desempregados, despossuídos e subempregados, o que degenera a própria raça.

Procuramos o progresso pela modernização das estruturas econômicas e avançamos no rumo da industrialização. Perseguimos o ideal de uma maior igualdade social e de respeito sem restrições aos direitos dos cidadãos. Desgraçadamente, os anseios do povo latino-americano, o progresso, a justiça social e a autodeterminação não poucas vezes esbarram no cruel realismo de elites intransigentes em salvaguardar seus privilégios. Ousam conspirar contra a soberania nacional como cúmplices da dominação estrangeira.

Em todos os países da América Latina, a recessão compromete o esforço de industrialização e modernização das últimas décadas. As políticas de ajustamento de balanço de pagamentos, impostas pelo Fundo Monetário Internacional, provocam uma queda sem precedentes nos salários reais, deterioram as condições gerais de vida e lançam no desemprego milhões de trabalhado res.

As diretrizes perversas do FMI visam a um único objetivo: querem fazer-nos pagar a conta, a pretexto de sermos os únicos responsáveis pelos nossos males. Mas não somos. É verdade que muitos governos irresponsavelmente deram as mãos à ganância dos banqueiros internacionais. Mas também é verdade que os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos da América do Norte, mudaram unilateralmente as regras do jogo em seu próprio benefício. Executaram políticas fiscais e monetárias contraditórias, fizeram saltar as taxas de juros - até 21% - e declinar o ritmo de crescimento do comércio internacional, tomando insustentável a situação dos países devedores. Não nos renderemos à capitulação que nos querem impor, e a recusa em aceitar os termos ignominiosos começará por uma renegocização soberana da dívida externa.

Estou firmemente convencido de que a América Latina, de riquezas tão diversas e aspirações comuns, só poderá resistir à crise e avançar nos caminhos do progresso de a união dos povos, construída na democracia, caminhar para a integração econômica, perseguida com o ânimo da sobrevivência. Os próximos anos tornarão inevitável a constituição de um Mercado Comum Latino-Americano e de uma União Latino-Americana de Pagamentos, à margem de hegemônias ou de complementariedades estáticas.

Não podemos mais permitir que a nossa divisão seja a força dos que nos pretendem submeter a seus propósitos imperiais. Se queremos livrar-nos da opressão de uma divisão internacional do trabalho injusta, base desta ordem econômica em ruínas, devemos construir, conjuntamente, nosso espaço econômico, social e político na ordem que está por nascer. Nenhum país isoladamente poderá resolver seus problemas cruciais: a reorganização financeira e monetária, a definição energética e tecnológica e - mais importante - a garantia de abastecimento alimentar suficiente para as populações latino-americanas. Energia, tecnologia e alimentos não podem ser objetos de ações solitárias, na busca de qualquer custo da autosuficiência.

Mas não haverá integração latino-americana enquanto ela depender de governos oligárquicos e ilegítimos afastados dos imperativos de justiça social. Em 1973, anticandidato à Presidência da República que fui, para denunciar o autoritarismo, advertia para o verdadeiro significado da palavra desenvolvimento: desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranho ao homem e a seus problemas. É intolerável mistificar uma nação a pretexto de desenvolve-la, rebaixá-la em armazem de riquezas tendo como clientela privilegiada, senão exclusiva, o governo para custeio de tantas obras faraônicas e o poder econômico, particular ou empresarial, destacadamente estrangeiro, desnacionalizando a Indústria e dragando para o Exterior lucros indevidos.

Estas palavras podem parecer estranhas, pronunciadas no momento de crise econômica, quando esta em risco a própria acumulação de riqueza passada. Mas convem ter em mente que o destino da riqueza a ser criada no futuro não deverá ser o mesmo que observamos nestas últimas décadas. E para alterar o estilo de desenvolvimento econômico na direção de uma maior igualdade social só há um caminho, o o democracia.

JUVENTUDE DO PMDB
 R. VICENTE MACHADO, 988
 CURITIBA - PR.
 CEP 80.000

ULYSSES GUIMARÃES
 Presidente Nacional do PMDB

Resumo 4
14A

1. Papel do M.E. na luta pela democracia.

Enquanto uma sociedade vive escravizada por um regime de força, o papel do Movimento Estudantil é o da denúncia e do protesto. As instituições de ensino são subservientes ao poder e assoladas pelas práticas do favoritismo e da corrupção. O modelo de ensino tem como principal objetivo a adequação do indivíduo ao sistema vigente, dominando-o, coibindo a liberdade de pensamento, manifestação e organização. A tirania que submete a sociedade, submete também a Universidade. Tudo se faz para demonstrar que o ensino público e gratuito é inviável, a fim de privatizá-lo e elitizá-lo, transformando a educação num negócio lucrativo. Os currículos, métodos, sistemas de avaliação, estatutos e regimentos evidenciam em seu conteúdo o autoritarismo, a desvinculação com a realidade da população, a perda da identidade cultural e o favorecimento aos interesses do domínio estrangeiro imperialista.

Tal situação predominou na América Latina durante todos estes anos. No Brasil não foi diferente, O movimento estudantil - atuando em defesa dos direitos do povo brasileiro, basicamente ao ensino público e gratuito - cumpriu importante papel. Apesar da repressão às lideranças (muitas vezes cruel e clandestinamente assassinadas, como os casos de Honestino Guimarães e Edson Luis de Lima e Souto), da destruição das entidades, os estudantes nunca se curvaram à tirania, denunciando e protestando contra as atrocidades que o imperialismo e a ditadura praticaram em detrimento da liberdade, da independência nacional e da qualidade de vida do nosso povo.

A corajosa resistência e a luta da juventude estudantil e de todo o povo não foram em vão. Já estão as conquistas democráticas que apontam para efetivas mudanças nos rumos da Educação,

2. Nova conjuntura, novo papel do M.E.

Com o fim da ditadura militar e o governo da Nova República, abrem-se caminhos para a consolidação do Estado democrático e para a conquista das aspirações populares. Fim da censura, eleições diretas em todos os níveis, legalização dos partidos perseguidos, reconhecimento das entidades (centrais de trabalhadores, União Nacional dos Estudantes e todas as estudantis) vêm resgatar o direito ao exercício da cidadania e da organização coletiva.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte abre perspectivas de uma Constituição que venha fundamentar os direitos individuais e coletivos, no sentido dos interesses da maioria do povo brasileiro, da democracia, da soberania e da justiça social.

Neste momento, é novo o papel do movimento estudantil. Da denúncia e do protesto, agora, o M.E. é chamado a participar da formulação de propostas, bem como de sua implementação. É uma nova responsabilidade para contribuir com os rumos a serem tomados pela sociedade brasileira em mudança.

3. Novas formas de atuação no M.E.

Apesar da importância de sua atuação durante os anos de resistência à ditadura, o Movimento Estudantil enfrenta problemas para consolidar a sua representatividade junto a uma massa estudantil criada sob a égide de um regime de força que reprimiu a juventude de todas as forças. Principalmente quanto ao seu direito de organização e participação na sociedade. Tudo era proibido e punido como "subversão". Do mesmo modo, limitado à clandestinidade, o Movimento Estudantil absorveu alguns vícios que acabaram por desgastá-lo e até mesmo distanciá-lo de suas bases.

Atualmente, há um esforço no sentido de se encontrar novas formas de atuação no M.E., capazes de sensibilizar a massa estudantil e gerar maior interesse e participação, livrando-se dos tradicionais chavões que caracterizaram o movimento nos anos de repressão. Muitas têm sido as experiências de inovação através da criatividade e descontração apresentadas, tendo o objetivo de identificar o M.E. com o dia-a-dia da juventude estudantil em geral. Estas experiências multiplicam-se e compreendem basicamente a mudança de forma nos aspectos da linguagem, discurso e do material geralmente utilizado pelo M.E. para "passar o recado" e orientar as lutas estudantis.

4. Atuais lutas do M.E. no Brasil.

Diante da caótica situação do ensino no Brasil (fruto do período ditatorial) e dos esforços no sentido da democratização, o governo da Nova República vai realizar uma reforma universitária. , ,

Do ponto de vista do M.E. a principal luta que se coloca é a democratização, ou seja, a participação de estudantes, servidores e professores nos processos decisórios. As eleições diretas para escolha dos cargos de direção nas instituições de ensino superior constituem uma etapa importante na ruptura da estrutura autoritária. Destaca-se

a conquista da paridade na participação nos órgãos colegiados, propiciando o gerenciamento das verbas públicas. E também a realização das Constituintes Universitárias como premissa para reformular os regimentos e estatutos.

Quanto ao financiamento, o movimento estudantil tem políticas definidas para a conquista gradativa do ensino público e gratuito. A aplicação da emenda João Calmon já é uma realidade no novo governo (destina 13% dos tributos da União à educação, tendo aumentado o orçamento de 4 para 37 trilhões neste ano). A destinação destas verbas para fins de ensino, pesquisa e extensão deve ser democraticamente controlada pela comunidade. O movimento estudantil reivindica a ampliação das vagas públicas para permitir maior acesso, tendo como implicação a criação de cursos noturnos para quem trabalha. Na rede pública - especialmente as escolas estaduais - ainda são cobradas taxas e mensalidades, o que significa uma receita irrisória do orçamento das instituições. É preciso alcançar a gratuidade integral buscando o financiamento público federal. Do mesmo modo, urge conquistar a extinção das fundações privadas no interior das es-

15
colas públicas para impedir o processo de privatização.

Quanto às escolas particulares, é preciso denunciar as irregularidades no seu funcionamento que determinam condições insuficientes de ensino. Estas escolas devem ser submetidas a rigorosa fiscalização que assegure a qualidade de ensino. Por outro lado, é preciso impedir os reajustes abusivos de mensalidades que resultam em evasão e dão à escola um caráter meramente empresarial.

A prioridade das verbas públicas deve ser para as escolas públicas, restabelecendo-se o Programa de Crédito Educativo nas particulares, que só devem receber subsídios governamentais quando o controle dos orçamentos for realizado pela comunidade.

O combate aos "lobbies" da educação tem como premissa, o fim do vestibular unificado e portanto dos cursinhos que massificam o conhecimento. Da mesma forma, é proposta a reformulação dos currículos em função da realidade e das necessidades regionais e nacionais. Através de, um processo democrático, com a representação de estudantes, servidores e professores. Um primeiro passo é a transformação de EPB numa disciplina efetivamente voltada ao debate da conjuntura e dos problemas nacionais, constituindo em 1986 seminários sobre a Assembléia Nacional Constituinte.



A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA: SUBSÍDIOS.

Os países latino americanos, bem como grande parte dos países subdesenvolvidos, atravessam momentos extremamente difíceis, de profunda crise econômica agravada pela grande dependência às economias desenvolvidas.

O processo de endividamento externo, inicialmente tido como o fator que nos proporcionaria caminhar rumo ao desenvolvimento econômico, utilizando-nos de poupanças externas para ampliar o crescimento do setor industrial e conseqüentemente do mercado interno.

Entretanto a partir do início dos anos oitenta, com a elevação dos preços do petróleo e das taxas de juro internacionais, o processo de endividamento tornou-se a principal restrição ao desenvolvimento econômico em conseqüência do elevado nível de endividamento a que chegamos. Dessa forma, a busca do equilíbrio no setor externo torna-se o objetivo principal da política econômica na maioria dos países latino americanos. É importante destacar que essa política foi implementada na sua maioria por governos militares sem levar em consideração as conseqüências que a adoção dessas medidas acarretariam internamente, ou seja, recessão, arrocho salarial e desemprego para possibilitar dessa forma a geração de excedentes exportáveis.

Cabe destacar o acentuamento do grau de dependência a que estão submetidos os países latino americanos em função do alto endividamento externo e do controle por parte das multinacionais dos principais da economia.

Nos dias atuais, a questão da dívida é sem dúvida o principal obstáculo que enfrentamos para a implementação de uma política econômica que efetivamente possibilite a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Isso se deve ao fato de que o ajuste das contas externas, para possibilitar o pagamento dos juros dessa dívida nos impõe restrições na capacidade de investimento, ao mesmo tempo em que se reduzem as importações (inclusive de equipamentos necessários ao fomento da produção industrial) e se ampliam sobremaneira o volume de nossas exportações, produzindo saldos positivos na balança comercial. Dessa forma nos transformamos em meros exportadores de capital para as nações subdesenvolvidas.

O montante da dívida externa dos países da América Latina hoje representa aproximadamente 360 bilhões de dólares. Desse montante o Brasil participa com cerca de 30 por cento, ou seja, cerca de 110 bilhões de dólares, apresentando-se como o maior país devedor.

Para que se possa avaliar o quanto é preocupante a situação dos países latino americanos, é importante destacar que até o ano de 1988 terão que ser pagos cerca de 210 bilhões de dólares do montante total dessa dívida.

No ano de 1984, os juros sobre a dívida, pagos pelos países latino americanos foram da ordem de 37 bilhões de dólares. Desse montante o Brasil pagou algo em torno de 10,5 bilhões de dólares. Estima-se que em 1985 pagará de juros cerca de 12 bilhões e até 1990 64 bilhões de dólares.

A questão da dívida externa tem que ser tratada sob um novo enfoque. Sua negociação tem que se dar sob o ponto de vista político e não como uma questão meramente econômico-financeira.

Para que tenhamos condições objetivas para pagar a dívida é necessário, que retomemos o crescimento econômico em nossos países. Para tanto não podemos continuar submetendo-nos aos ditames do Fundo Monetário Internacional e sua política econômica de cunho recessivo que fere nossa soberania e amplia nossa dependência com relação aos países desenvolvidos, mais especificamente ao imperialismo norte-americano que em última análise ele representa.

O FMI, com sua política monetária ortodoxa impõe uma política de recessão econômica, visando combater a inflação através da redução da produção industrial, da atividade comercial, do achatamento dos salários e de outras medidas de caráter extrinsecamente monetário.

Constituinte: nosso espaço para mudar.



Juventude do PMDB

Diretório Estadual
R. Vicente Machado, 988 - Fone. (041) 234 8030
Curitiba - Paraná

Como exemplo, se verificarmos o que vem ocorrendo na economia brasileira nos últimos anos, constataremos que a política recessiva, foi implementada nos moldes do FMI. Ocorreram quedas na produção industrial, nos salários, nos investimentos do setor. Mesmo assim a inflação continuou a crescer.

Fica claro portanto que a política adotada pelo FMI, no sentido do ajuste da economia apresenta na verdade, objetivos que comprometem indefinidamente a nossa independência. E é este no nosso entender um dos pontos centrais para os países credores no tratamento da questão da dívida externa, não apenas com o Brasil ~~mas~~ como com / todas as nações do terceiro mundo, em especial da América Latina.

Nos é bastante claro que adotar a política recessiva do Fundo Monetário Internacional é atender aos interesses dos países industrializados e não aos nossos interesses.

O crescimento incessante dos serviços da dívida, nos leva a buscar cada vez mais recursos externos, ampliando dessa forma nossa dependência e propiciando também a abertura para a entrada de capital externo, em setores que por sua natureza devem ser restritos ao capital nacional.

A tentativa do governo Norte Americano de fazer com que os países devedores aceitem as normas do FMI, traduz-se de várias formas: Uma delas é o protecionismo.

É fato portanto, que não existe interesse por parte dos países credores no resgate da dívida, mas sim na manutenção dos níveis de dependência e de exploração existentes, uma vez que somente o pagamento dos serviços da dívida prolongando-se indefinidamente é um excelente negócio que lhes permite auferir altos lucros sobre os / países devedores.

É fundamental portanto que adotemos uma posição no sentido de ampliar os laços de amizade e as relações comerciais com os nossos vizinhos da América Latina e do Terceiro Mundo, para fazer frente à crescente onda de protecionismo por parte dos / países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que caminhemos para uma negociação conjunta, em termos políticos, da dívida externa da América Latina sob a ótica do crescimento e do desenvolvimento econômico, rumo a uma nova ordem econômica, onde não persistam a dependência e a exploração.

Finalmente, necessitamos analisar se essa dívida já não foi paga, uma vez que grande parte dessa dívida se refere ao aumento nas taxas de juro. Caso essa dívida deva ser paga, temos que analisar que montante será pago, estabelecer um período de carência para o pagamento dos juros e a amortização do principal, estabelecer / taxas de juro acessíveis de comum acordo entre devedores e credores, que não possam ser elevadas pelos credores de forma unilateral como hoje ocorre para que dessa forma a dívida possa ao menos ser administrada, permitindo a redução da dependência e a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico nos países devedores pois mantidas as condições atuais essa dívida externa é impagável.

Comissão de Economia.

EXECUTIVA ESTADUAL DA JPMDB-PR.

Constituinte: nosso espaço para mudar.

17

Revista 6

4 de Dezembro de 1985 Nº 3

Jornal BENVIERÁ

VITÓRIA DA COMUNIDADE

Com a expressiva participação da comunidade de 85 por cento no 1.º turno e de 83 por cento no 2.º turno foi eleita a chapa Jorge Bounassar - Carlos Apolloni, respectivamente, reitor e vice para a gestão 86-90.

Rompemos com a estrutura autoritária e arbitrária da FUEL, e não podemos esquecer o momento histórico pelo qual passamos dentro da universidade onde as entidades responsáveis pelas eleições diretas para reitor (DCE, ASSUEL, ADUEL), estão eliminando de uma só vez um dos maiores problemas que tem nossa Universidade desde a sua criação, onde por várias vezes foi usada indiscriminadamente, como se pertencesse a determinada casta, onde os interesses individuais sempre se sobrepujaram aos interesses da comunidade.

Agora com os ventos da democracia oxigenando seus pulmões, a universidade entra em uma nova fase. Começamos a viver as eleições em todos os níveis, eleições diretas. Elas apenas começaram com a eleição do reitor.

Diversos CAs unidos ou não, com seus departamentos elegeram seus chefes, e temos exemplos: Educação Física, Economia, História e Psicologia, onde os chefes foram

eleitos direta e paritariamente. Já no curso de Direito a vontade da maioria foi derrotada, pois as eleições promovidas pelo CAD foram simplesmente ignoradas pelos seus departamentos, e os departamentos de Agronomia e Arquitetura "dando" representação de 1/5 nas eleições, para quem fez uma eleição para o maior cargo dirigente da UEL paritariamente entre professores, alunos e funcionários, soa como um absurdo.

Isto significa que ainda teremos muito que lutar, a reestruturação da Universidade deverá passar obrigatoriamente por um 3.º Fórum de Debates, onde todos os segmentos da UEL serão ouvidos, que terá como objetivo um novo Estatuto e Regimento, acreditando que o aprovado no 2.º Fórum de Debates de 83 já está defasado, pois consta representação estudantil de 1/5 e nada fala a respeito de gratuidade do ensino.

Devemos ressaltar que estas conquistas não serão por acaso. Na verdade é que a comunidade, professores, estudantes e funcionários continuarão lutando para que seus direitos sejam respeitados.

VENCEREMOS



AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL
NO CONTEXTO DA HISTÓRIA
CAPÍTULO II

Em 1917, rompe-se a primeira greve geral do país. Sendo a década de 20, marcada pela expansão da industrialização, não faltaram os conflitos sociais e várias greves, contra as más condições de trabalho e os baixos salários. Até que em 1926, o Presidente Artur Bernardes, para conter os movimentos sociais e populares, promove uma reforma constitucional, que veio causar o enfraquecimento do Poder Legislativo, e centralizando o poder nas mãos do Presidente da República, através de uma "pseudo-Assembleia Nacional Constituinte, formada por deputados bionicos, isto é, nenhum dos deputados forma escolhidos pelo voto direto (como pode notar caro leitor, os bionicos já vêm de longa data).

Mesmo assim a classe operária continuou se organizando, e mais ainda (e tinham condições para isso) a burguesia industrial, que cada vez mais conseguia abalar o prestígio da oligarquia (burguesia rural), o confronto foi inevitável: indústria x latifúndio. Ocorreu, então, a Revolução de 1930, assumindo Getúlio Vargas, que mesmo com o apoio popular, seu governo teve o respaldo dos grandes industriais, comerciantes e, contraditoriamente, de uma parcela de proprietários rurais.

Mas como no resto do planeta, veio a famosa crise, com uma superprodução de café queimada e jogada no mar (por falta de compradores), e a avalanche de mais de 2 milhões de desempregados. Em São Paulo, 1932, nasce e morre a Revo-

lução Constitucionalista, sendo esmagada pelas tropas federais.

E em maio de 1933, foram convocadas eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte. Votavam, homens, mulheres (pela primeira vez), todos alfabetizados: maiores de 21 anos. Sendo excluídos, além dos analfabetos, os práticos e os religiosos ligados a ordem. Apesar do voto secreto, a grande influência do poder econômico se fez presente (novamente), visto que de 254 deputados constituinte eleitos 214 representavam os da classe de industriais, comerciantes e proprietários de grandes terras. Mas 40 deputados eleitos, o foram por sindicatos e associações de trabalhadores.

Entre outras coisas a Constituição de 1934 estabeleceu a instituição do salário mínimo (só que a inflação e o INPC praticamente não existiam), jornada de trabalho de horas diárias, repouso semanal remunerado, férias anuais, indenização por dispensa sem justa causa e garantia de estabilidade de emprego (não haviam criado ainda o tal Fundo de Garantia). Mas a prioritária foi a expansão industrial no país, com o monopólio de brasileiros ou empresas organizadas no país para as reservas minerais, proibição de juros exorbitantes, nacionalização progressiva dos bancos, depósitos e das empresas de seguro... começava o período ufanista.

OBS.: a continuação desta matéria prossegue no próximo número deste jornal.

TAIGUARA

UNICA APRESENTAÇÃO

DIA: 13/12

21:00 HS

MORINGÃO

INGRESSOS A VENDA NO **DCE**

E O PERU TEVE A SUA MI LAY

Rosana Bond

Em julho deste ano, quando Alan García Gómez — o homem que o histórico Partido Aprista Peruano escolheu para regenerar-se do fracasso eleitoral de 1980 e para tentar recuperar a antiga mística que adquiriu depois de seu período francamente anticomunista, com Haya de la Torre, nos anos 50 — assumiu a Presidência da República festejado no atacado e no varejo pelos liberais e pelas democracias em geral, ele não perdeu um minuto para insinuar-se como aquele que veio para sepultar os desastres do ex-presidente Fernando Belaúnde Terry, para sepultar os desastres do ex-presidente Fernando Belaúnde Terry. A inflação sideral e corrosiva, a dívida externa, o desemprego e a truculência militar no combate à guerrilha do grupo maoísta Sendero Luminoso. Isso foi o belaundismo e foi contra isso que os peruanos votaram.

O jovem Presidente da República — que a imprensa internacional, sem qualquer recato, apressa-se a chamar ao mundo como uma espécie de galã de bom berço familiar, cheio de vigor e boas intenções — disse, de cara, numa atitude mais encenatória do que realmente eficaz, segundo afirmam os analistas econômicos locais, que viraria a mesa do FMI, recusando-se a gastar mais de dez por cento dos recursos gerados no País, anualmente, para pagar os serviços da dívida.

Dentro de casa, porém, uma sucessão de acontecimentos dramáticos — dos quais o leitor brasileiro não recebeu mais do que uns poucos informes desconectados entre si, como por exemplo, a anunciada punição de membros das Forças Armadas, de um lado, e uma série impactante de ações guerrilheiras, de outro, como se não houvesse um fio ligando as duas coisas — vem servindo para desmascarar o suposto "rompimento com o belaundismo" por parte do novo governo.

García não tem se afastado um milímetro da conduta do seu ante-

cessor no que se refere ao tratamento da questão da luta armada, relutando e enstrecendo-se quando se trata de banir a violência do Exército, Infantaria da Marinha e Guarda Republicana dentro e fora das chamadas "áreas de emergência" — nos Departamentos de Ayacucho, Huancavelica e Apurímac — onde atua o Sendero, com uma significativa base de apoio popular.

A política de extermínio de supostos senderistas e da população civil empregada por Belaúnde continua vigorando, agora com a liderança aprista, com os mesmos traços de crueldade e, o que é pior, com uma impunidade que afronta e traumatiza mesmo os setores mais moderados. A tortura e o fuzilamento de toda a população do povoado de Accomarca, no Departamento de Ayacucho (seguidos de incêndio de todas as casas), no dia 14 de agosto passado, por membros do Exército foram comparados pela imprensa peruana com a chacina do vilarejo vietnamita de Mi Lay, que ensanguentou inapelavelmente as mãos das tropas norte-americanas no Vietnã.

O morticínio de Accomarca, cujos indícios mostram estar vinculado à tática militar de amedrontar e supliciar os índios camponeses das alturas do Andes, de forma a punilos pela simpatia que parece dedicarem ao Sendero Luminoso, confirma uma previsão feita pela Comissão de Direitos Humanos, antes da posse de Alan García, de que o dirigente não iria se opor aos métodos avariados das chamadas forças de segurança na luta contra os senderistas.

Recentemente, outro episódio trágico — abordado apenas superficialmente nos noticiários brasileiros — que esfarelou a credibilidade e a veracidade dos propósitos do governo aprista, foi o massacre, em Lima, de 34 prisioneiros acusados de pertencer ao movimento guerrilheiro do Sendero, encarcerados na penitenciária de Lurigancho.

Tudo começou na manhã do dia 4 de outubro, quando um contingente da Guarda Republicana — os chamados "Llapan Atic" — chegou no Pavilhão Britânico da prisão, onde estavam presos cerca de 300 supostos guerrilheiros, com a disposição de fazer uma revista geral nas celas. O problema, porém, é que os soldados — ao contrário do que se poderia esperar no caso de uma simples revista — portavam metralhadoras, bombas, de gás lacrimogêneo e, incrível, até dinamite.

Prevedendo um abuso de autoridade, os prisioneiros recusaram-se a permitir a entrada da tropa. Imediatamente, três cargas de dinamite explodiram a parede do pavilhão e enquanto os presos saíam, alguns feri-

dos e outros ferrentados, os policiais atiraram com as metralhadoras e colocaram logo nos colchões. O resultado: 27 prisioneiros mortos, queimados e mais de 50 feridos a bala e com graves queimaduras. No dia seguinte, alguns jornais de Lima denunciaram: "Nenhuma explicação justifica a matança". A imprensa não teve acesso ao local do massacre e teve que contentar-se com a versão oficial do governo. Ou seja, de que as vítimas foram as culpadas.

O presidente Alan García perdeu as rédeas — isto é, se algum dia as teve. As forças policiais e militares desdenham a instituição civil, colocando-se acima dela, como alertou, no começo de novembro, o deputado Fernando Oliveira: "Elas (as Forças Armadas) não podem converter-se em um ente com vida própria, à margem da autoridade democrática, nem da Constituição. Não se pode esquecer que o chefe supremo das Forças Armadas e o presidente do Conselho de Defesa Nacional é o presidente Alan García e que, portanto, é sua a responsabilidade com o país de conduzir o rumo das Forças Armadas estritamente dentro da ordem constitucional, o que supõe um severo respeito aos Direitos Humanos".

UNE PRE-GOLPE MILITAR

O início dos anos 60 foi marcado por intensa atividade em todos os segmentos da sociedade. A UNE organizada há mais de 20 anos e reconhecida pelas suas bases como entidade legítima, desempenhou importante papel no quadro político.

O movimento estudantil é marcado pela ação reivindicatória e política. Quando o governo João Goulart prega as reformas de base, incluindo nelas a reestruturação da Universidade, a UNE se levanta de pronto: qualquer reforma universitária "só não será um mero retoque de fachada desde que seja vista como um momento do processo mais vasto, que é a Revolução Brasileira". E exige o "acesso de todos à educação" e "abertura da Universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos".

Em 1962, durante a realização do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, a UNE lança a chamada "Carta do Paraná", na qual os estudantes questionam a "estrutura de poder" na universidade e reivindicam um "esquema tático de luta pela Reforma Universitária".

Durante este mesmo ano, a UNE propõe a participação dos estudantes na base de 1/3, com direito a veto, nos órgãos colegiados da administração. Para que se oficializasse esta participação, e buscando pressionar neste sentido, a UNE e as demais organizações estudantis entram em greve geral a partir do dia 1 de junho de 62. Em que pese o pronunciamento favorável do então Ministro da Educação, Roberto Lira, a votação da emenda que estabeleceu aquela participação, é adiada por três vezes, provocando a extensão da greve dos estudantes por três meses. Diante da situação tensa verificada, vários setores governamentais e estudantis entendem ser o momento, propício para um golpe direitista. Entendimento este que leva a UNE, em nota social, a colocar um fim à greve.

Procurando evitar uma desmoralização do movimento, a UNE organiza a normalização do ano escolar e estabelece uma pauta de manutenção da luta pela Reforma Universitária, da qual constou o seguinte: "gratuidade do ensino superior,



opondo-se à cobrança de taxas nas universidades oficiais, democratização do exame vestibular, substituindo-se o critério de classificação pelo de seleção, e mudança dos procedimentos de distribuição de vagas nas escolas, contra a efetivação dos chamados "catedráticos interinos, ressaltando a posição dos estudantes contra a cátedra enquanto tal".

Apesar do esforço empreendido pela UNE, a greve deflagrada não obteve sucesso, assim como a tentativa de votação da emenda pela participação estudantil. Ainda assim, a UNE formase definitivamente como entidade política.

Ainda em 62, é eleito para a presidência da UNE Vinícius Caldeira Brandt, durante o 25o. Congresso

EXPEDIENTE

JORNAL BENVIRÁ

Órgão Informativo do DCE

DIRETORIA: Pres. Arnaldo Leonel

1º Sec.: Heli Roberto

1º Tes.: Ney Ladeia

2º Tes.: Milton

Rep. no CU: Chen

Ass. Jur.: Bessa/Ana

COLABORADORES: Rosana Bond
Jari

Composição: TEC

Impressão: DCE

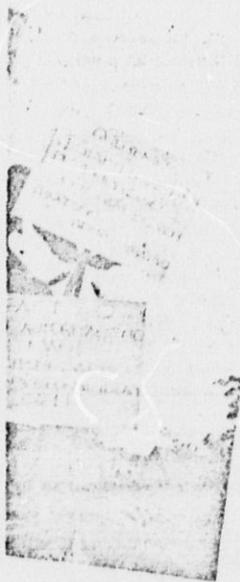
Redação e Revisão: Wania e Diretoria

dos Estudantes, que é interrompido por explosões de gás lacrimogêneo e tiros de revólver. O estudante Germano Datz é ferido na perna. Presos pelos próprios estudantes, os manifestantes declaram-se, na Delegacia de Petrópolis, como pertencentes ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), ao Movimento Anticomunista (MAC) e à Frente da Juventude Democrática (FJD).

No dia seguinte, o Congresso tem continuidade, agora com a proteção da polícia estadual do Rio.

José Serra é o próximo presidente da UNE, eleito em 63, que lança uma nova palavra de ordem: "A hora é de ação".

E, juntamente ação à palavra, a UNE entra, após a posse de Serra (que coincidiu com a época mais agitada da História do Brasil), no seu período mais politizado, engajando-se de corpo e alma, em todas as questões políticas relevantes, atuando ao lado do Centro Popular de Cultura (CPC), criado em 1961, nas campanhas de alfabetização e de combate a doenças endêmicas



A ESQUERDA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

No meio estudantil, marcado pela ação reivindicatória e política, durante os primeiros quatro anos da década de 60, atuaram todas as organizações de esquerda existentes no Brasil: Ação Popular (AP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Organização Marxista Revolucionária - Política Operária (POLOP), Partido Operário Revolucionário (POR) e Movimento Revolucionário Comunista (MRC).

Destas organizações, a que maior força tinha no movimento estu-

dentil era a Ação Popular. Formada a partir de 60, originou-se de um rompimento da Juventude Universitária Católica com a hierarquia eclesial, ocorrido no momento mais favorável à extensão de sua influência: desencadeava-se um movimento de dinamização das atividades políticas dos estudantes nas Universidades católicas, onde os jovens rebelam-se contra a estrutura autoritária clerical do catolicismo ortodoxo, contestando a economia capitalista e as forças conservadoras da política nacional.

Com a eleição dos presidentes da UNE: Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brandt e José Serra, respectivamente, todos ativistas da Ação Popular, o catolicismo de esquerda imprimiu definitivamente suas diretrizes no movimento estudantil.

Pregava a Ação Popular, segundo seus dirigentes, "a formação de um verdadeiro partido revolucionário". Mas, para construir esse partido, julgava necessário "combinar uma ideologia verdadeiramente revolucionária com uma ação junto à massa popular e estudantil". Defendia, ainda, uma aliança entre os operários, camponeses e estudantes.

Dentro do movimento estudantil, apesar de toda organização arrogar para si a condição de única consequente diante do momento histórico vivido, argumentando que os demais grupos tinham linha reformista e eram "traidores da causa do proletariado", na realidade, a atuação prática destes grupos em pouca coisa diferia, mesmo porque quase todos participavam das mesmas organizações de massa, como por exemplo, os Comitês de Defesa de Cuba (CDC), ou a Frente da Juventude de Esquerda (FJE).

Gravitando em torno da UNE, levantavam os estudantes, praticamente, as mesmas bandeiras da luta: reforma universitária, defesa de Cuba contra o "bloqueio lanque", reforma agrária, expropriação das grandes empresas estrangeiras, moratória da dívida externa brasileira, e construção de uma sociedade justa.

Pressionado por todos os lados, Jânio renuncia.

João Goulart, nesta época em visita oficial à China Comunista, é o presidente. Mas isto não foi tão simples. Os três ministros militares, (Denys, da Guerra; Heck, da Marinha e Moss, da Aeronáutica) manifestaram-se contra a posse, e o país se dividiu. O Congresso resistiu à proposta de "impeachment" e criou uma comissão para estudar uma solução política. Esta solução surgiu com o Ato Adicional que criava o parlamentarismo no dia 2 de setembro de 1961.

João Goulart tinha apoio decisí-



Manifestação UEL/Julho de 65

vo dos sindicatos, organizações de esquerda e dos políticos nacionalistas, mas cada iniciativa do Governo tinha que ser negociada com os moderados que tinham garantido sua posse. Recuperar os poderes presidenciais e conquistar a confiança dos moderados, sem perder o apoio das bases de esquerda, foram as metas a que se propôs. O primeiro ministro foi Tancredo Neves, que renunciou em junho de 62. Goulart indicou San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores que atraiu a oposição dos conservadores para sua defesa de uma política externa não alinhada aos Estados Unidos e aberta aos países socialistas, o Congresso impôs veto ao candidato. Seguiram-se dias tensos, com Forças Armadas em prontidão e uma greve geral de 24 horas em protesto ao veto. Goulart propôs outro nome, Brochado da Rocha, do PSD-RS. Aceito pelo Congresso, o novo primeiro ministro angariou a simpatia de setores sindicais e nacionalistas, lançando-se na luta pela antecipação do plebiscito popular sobre a

A CONJUNTURA NACIONAL

É importante traçar um paralelo entre a atuação da UNE e a conjuntura nacional no início de década de 60, quando a sociedade brasileira vivia um período de intensa atividade, em todos os níveis, principalmente política. Nas eleições presidenciais concorreram o Mal. Lott, Jânio Quadro e Ademar de Barros; o primeiro nacionalista, contando com o apoio até dos comunistas, e os outros dois populistas. Jânio levou a melhor, quase seis milhões de votos o levaram ao Palácio da Alvorada.

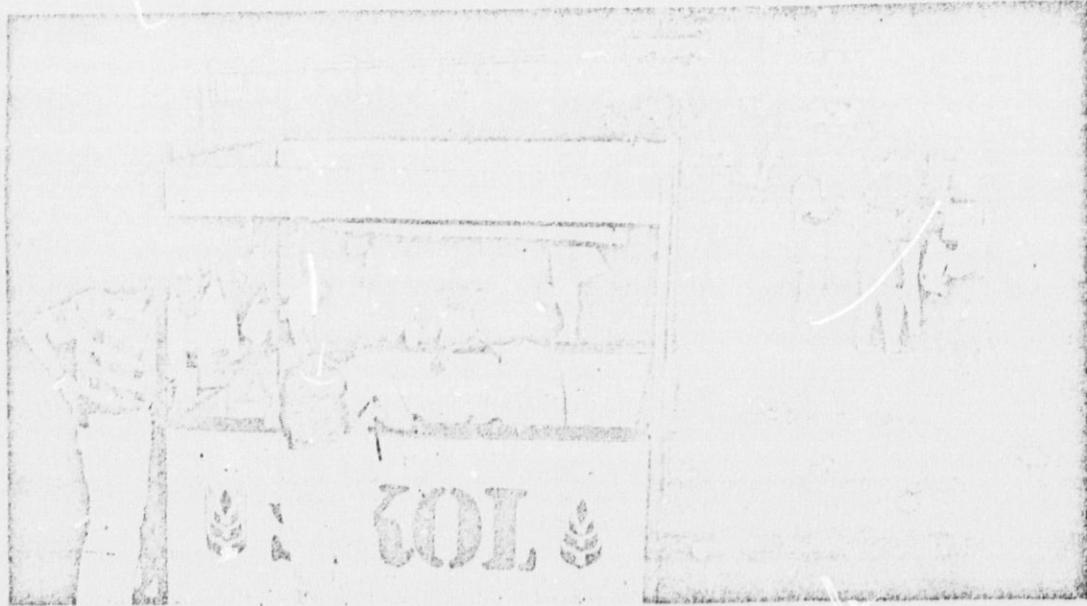
O governo Jânio, como a sua pessoa, foi marcado pela instabilidade. Enquanto mantinha uma política interna de austeridade, submissa ao Fundo Monetário Internacional. No plano internacional se mantinha independente, condecorou o astronauta Yuri Gagarin (URSS) e Che Guevara (Cuba), isto talvez para contentar os nacionalistas e comunistas.

permanência do regime parlamentarista, que o Ato Adicional marcara para 1965. Divergências sobre como proceder esta consulta ao povo acabaram provocando a renúncia do gabinete de Brochado da Rocha. O novo primeiro ministro foi o socialista Hermes Lima. Após várias manobras políticas, o plebiscito foi finalmente aprovado pelo Congresso e marcado para 6 de janeiro de 1963. O resultado foi, de um total

de 12.773.260 votos, 9.457.448 pelo retorno ao presidencialismo.

Jango se lança à aplicação das Reformas de Base, o Plano Trienal elaborado pelo economista Celso Furtado. A tarefa não era das mais fáceis, as medidas anti-inflacionárias eram impopulares e a política de reformas, que não apresentariam resultados a curto prazo, era retardada pelo Congresso. O governo conseguiu um empréstimo nos Estados Unidos de 398,5 milhões de dólares, mas somente 84 milhões foram liberados de imediato, na espera de maiores definições na política interna brasileira. Um projeto apresentado por João Goulart sobre a reforma agrária mobilizou a direita, o deputado Armando Falcão em um programa de rádio dirigia-se aos proprietários rurais perguntando: "Foi para tomar suas terras que você elegeu o deputado de sua região?". A esquerda por outro lado, pressionava dirigindo a maré de reivindicações.

Na greve de julho de 1962, contra o veto do Congresso à indicação de San Tiago Dantas para ser o primeiro ministro, o Comando Geral da Greve percebeu a oportunidade de organizar o Comando Geral dos Trabalhadores, com atividade permanente. Já existiam organismos intersindicais mas a nível regional, como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), reunindo os marítimos, os aeroviários, os estivadores e os ferroviários. Os principais líderes da CGT pertenciam ao PTB e ao Partido Comunista.



BAR DO DCE

O calor alcançava 40 graus, um clima abafado, o mormaço a todos envolvia, não podíamos permitir que esta situação continuasse, então, abrimos um BAR. Sim senhor, um bar no UEL.

O DCE começou a vender choop geladíssimo no CESA. A recepção foi das melhores. Todo mundo bebeu a vontade, também a Cr\$ 4.000 (o copo) até o Papa.

A questão fundamental, que existe por trás da abertura deste bar é mais profunda. E lançamos então a seguinte questão: POR QUE NÃO VENDER ALCOOL NO CAMPUS? ?? Afian! estudante universitário não é aluno de jardim de infância, e pode ser tratado como tal.

RÁDIO DO DCE

Desde quando estudante tem rádio?

Desde agora. O DCE lançou a "Rádio Capitão Gancho", cuja finalidade é veicular informações de modo dinâmico, objetivo e alegre. Assim nasceu a rádio-volante, instalada em nossa digna viatura, que está percorrendo os centros, nos intervalos.

A programação é variada, abordando desde as questões internas da UEL, até problemas que afligem a Nação. Na parte musical rota de som sertanejo até o Reavy Metal, passando, é claro, pela MPB.

Estamos tentando, através desta rádio, lançar um novo canal de comunicação com todos. Caso tenha alguma notícia ou informação que deseje veicular, procure o DCE.

A rádio vai funcionar todos os dias no semestre que vem.

MARIGHELLA VIVE

Em novembro de 1985 completou 16 anos da morte de Carlos Marighella. Marighella começou muito jovem na militância política clandestina, participando em 1935 do levante da Aliança Nacional Libertadora (a Intetona). Anos depois, já em 1946, participou ativamente da reorganização do antes clandestino PCB e, durante os dois anos que o partido esteve na legalidade, foi deputado federal. A partir daí, atuou sempre na clandestinidade e, em 1964, dias depois da queda de Goulart, foi ferido e preso, ao resistir à prisão, após tiroteio com a polícia dentro de um cinema no Rio. Nessa época, acirram-se as discordâncias com o PCB, que já naquela ocasião mantinha uma posição pacifista e reformista (por sinal, dando origem a várias cisões -- ALN, MR-8 e PCBR).

Em 1967, tais divergências tornaram-se públicas em Havana, onde, durante a Conferência da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), Marighella demitiu-se da Comissão Executiva do PCB e passou a pregar a luta armada como único meio dos comunistas tomarem o poder. Logo depois, ao lado de outros inúmeros comunistas revolucionários, já se dedicava à criação da ALN (Ação Libertadora Nacional), na qual dirigiria numerosas ações armadas guerrilha urbana, e já dentro do plano de desencadear a guerrilha rural.

Em 1968, foi publicada a capa da revista Veja uma grande foto de Marighella com os seguintes dizeres: "PROCURA-SE CHEFE COMUNISTA. CRÍTICO DE FUTEBOL EM COPACABANA. FÁ DE CANITORES DE FEIRA. ASSALTAN-

TE DE BANCOS. GUERRILHEIRO. GRANDE APRECIADOR EM BATIDAS DE LIMÃO".

E, no dia 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella era assassinado pela polícia em São Paulo. Segundo a "versão oficial" da época: por resistir à voz de prisão...

Tudo isso só vem provar uma coisa, face aos povos oprimidos: enquanto a população da América Latina continuar a ser espoliada pelo imperialismo internacional e, suportando de alicerce para a burguesia local, muitos Marighellas resistirão e, após muita luta, alcançarão a vitória.

UPE, EXISTE? ? ? ? ?

Nossa entidade máxima estadual acabou de enterrar-se, consernar-se ao esquecimento total. Apesar de ter sido eleita por uma votação expressiva, os companheiros da chapa TRAVESSIA são de fazer corar e matar de vergonha qualquer cristão (e até mesmo ateu) democrata. Isso ocorreu neste último congresso, por exemplo.

Pasmem companheiros, mas é verdade: assistimos o maior espetáculo de atrelamento dos últimos 50 anos. Os companheiros dirigentes da atual "combativa" UPE, entidade com um passado de orgulhar qualquer órgão estudantil, massa-

caram a democracia ao tirar como proposta uma Constituinte congressional, mostrando um claro atrelamento da entidade à Nova República, além de não deixarem a delegação do curso de Direito-UEL sequer colocar em apreciação a proposta de uma consulta ao povo sobre a forma de convocação da Constituinte, exclusiva ou congressional.

Os companheiros pensam que a Constituição deve ser feita pelos "ditos" representantes do povo, onde nós sabemos o peso do poder econômico em uma eleição, como no caso de uma associação feita a FIESP, que tem poder para "eleger" uns 40 Deputados, e não pelo povo como um todo, através de seus representantes básicos (sindicatos, associações de bairros, etc), e so estudantes como parcela desse povo mais esclarecido deveria se voltar contra isso.

E com relação à Reforma Agrária, simplesmente não conseguiram ir além de aprovar o apoio ao Estatuto da Terra, aquele do Gen. Castelo Branco, feito sob os auspícios da ditadura militar, ao invés de ir de encontro às aspirações da maioria, elaborar projetos para conscientização e politização dos trabalhadores rurais e a luta por uma Reforma Agrária radical, no interesse dos trabalhadores.

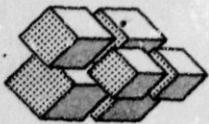
Mas se não bastasse isso, prorrogaram seu mandato por mais seis meses. Como uma chapa, num congresso com 400 pessoas, pode prorrogar um mandato? Como duzentos e poucos estudantes podem representar 85.000 alunos?

Enfim, a conclusão lógica e racional é uma só: um congresso não representativo e manipulado, onde pudemos escrever na lápide do túmulo da UPE: "A UPE, fomos nós, nossa força e nossa voz".

P

A

D



PEDIDO PARA
ATUALIZAÇÃO DE DADOS

ÓRGÃO

DI

N.º
7426

DEFESA DE DIREITOS

NOME WILSON PREVIDI (WP)
ACE N.º 6331/ACT/86

Os registros referentes a WP, constantes do INFE (A-2) n.º 005-E2-5ª RM/DE, de 03 JAN 86, não possuem validade para este Órgão.

(USE O VERSO SE NECESSÁRIO)

EMITIDO

01/11/94

Adjunto SAE

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

- DISPENSA MICROFILMAGEM
 MICROFILMAR
 PROCESSAR MFR
ACE N.º _____

01/12/95

CHEFE CADASTRO

AO CONTROLE DA QUALIDADE MICROFILMADO

19 MAI 1997

CHEFE MICROFILMAGEM

F I M